

SINDICALISMO: A TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ NA LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS¹

Efraim Ferreira Guedes²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória histórica do SINJAP na defesa dos direitos dos trabalhadores no estado do Amapá, buscando compreender as circunstâncias interativas entre os profissionais da justiça e o poder judiciário. A pesquisa está orientada para repercussão das condições que implicam nas conseqüências resultantes dessa relação, enfatizando os atores sociais desse processo. O estudo terá como referência os trabalhos dos autores Ricardo Antunes, Paulo Antunes, Pedro Carlos de Carvalho, Stivan Mesários, Darcy Flexa de Paulo e outros autores que abordam a temática. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação participante e a entrevista padronizada aplicada junto aos sindicalistas, cujos dados, depois de processados e analisados serão apresentados em forma de artigo científico.

Palavras-chaves: sindicalismo, trabalho, relação de poder e movimentos sociais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the historical trajectory of SINJAP defending the rights of workers in the state of Amapá, trying to understand the circumstances interactive between legal practitioners and the judiciary. The research is focused on the impact of conditions involving the consequences resulting from this relationship, emphasizing the social actors of this process. The study will reference the work of authors Ricardo Antunes, Paulo Antunes, Pedro Carlos de Carvalho, Stivan Poll workers and other authors who address the topic. The instruments for data collection were participant observation and standardized interview applied together trade unionists, whose data after processing and analysis will be presented in a scientific paper.

Key Words: syndicalism, labor, power relations and social movements.

1 Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais da UNIFAP, sob orientação do profº Raimundo de Lima Brito.

2 Acadêmico do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

INTRODUÇÃO

Diante do desafio de estudar o sindicalismo, especialmente no Amapá, este artigo se propõe analisar a atuação do Sindicato dos Serventuários da Justiça do Estado do Amapá - SINJAP, buscando responder ao questionamento: é possível uma prática sindicalista de qualidade que proporcione ao trabalhador a garantia de seus direitos e, conseqüentemente, uma boa qualidade de vida sem o atrelamento ao Poder Judiciário? Justifica-se a escolha desse tema, como forma de entender como se processa a relação trabalhista entre interesses divergentes.

Nessa perspectiva, é importante verificar a ação dos atores sociais representativos na relação dos interesses trabalhistas.

Escolhemos, como área desta pesquisa, Macapá-AP, onde não se conhece nenhum estudo sistemático que aborde o tema sobre os servidores da justiça, fato que fortalece e justifica a importância deste estudo. Como metodologia, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica referente à classe operária e sobre o trabalhador em geral, recorrendo-se a autores e material disponível sobre o sindicalismo, bem como, a utilização de entrevista padronizada aplicada junto aos sindicalistas.

O primeiro momento aborda a história do sindicalismo no mundo e no Brasil como suporte para a discussão. No segundo momento estudaremos o sindicalismo na Amazônia, se enfatizado a estrutura econômica e o movimento sindical. Por fim, o terceiro momento traz para discussão os resultados e retrocessos do SINJAP em relação contingência da luta sindical no Amapá. E, finalmente, as considerações finais do estudo sobre o sindicalismo e a atuação do SINJAP no Amapá.

A HISTÓRIA DO SINDICALISMO

Origem e evolução

O início do sindicalismo está relacionado com o surgimento da classe dos trabalhadores assalariados; está relacionado, portanto, com o aparecimento do capitalismo industrial. As organizações sindicais surgiram em primeiro lugar no Reino Unido, com o

nome de “Trade-Unions”, onde sua expansão antecedeu a dos demais países. Segundo Marx (1980. pag. 183) “os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos de contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”.

Movimento sindical não é, então, uma criação de dirigentes, mas uma expressão do novo mundo do trabalho moderno das novas relações de produção. Rosa Luxemburgo (1979. pag. 79), acompanhando as idéias de Marx, afirma que “o movimento sindical não é um reflexo das ilusões, de certo, explicáveis, mas erradas, de uma minoria de dirigentes sindicais; ele traduz a realidade viva existente na consciência dos proletários conquistados pela idéia da luta de classe. Nessa consciência o movimento sindical é um elemento parcial da social democracia”.

Relativamente foi longo o processo de implantação e organização do sindicalismo nos países de velha industrialização, onde se caracterizou por conflitos cuja intensidade variou de país para país. Nenhuma legislação garantia a organização sindical como representante legítimo de trabalhadores nos Estados Unidos e na Europa Ocidental; na verdade, o sindicato só foi reconhecido pelos poderes públicos quando já existia de fato. Por outro lado, também foi difícil os empregadores aceitarem o sindicato como órgão representativo dos trabalhadores; isso dependeu muito da capacidade das associações operárias de uma determinada categoria ou mesmo de uma dada empresa de se imporem. Assim a situação se tornava conflitante onde o sindicato procurava obrigar os empregadores a reconhecê-lo e, por fim, entrar em negociação.

Quanto às formas de organização sindical, existem três tipos que podem ser assinalados na evolução do sindicalismo:

1. Sindicalismo de ofício

Coube aos artesões constituir os primeiros grupos de operário a se organizarem sindicalmente, transformados em assalariados, ou seja, trabalhadores qualificados que possuíam um ofício. No início, no século XII, as corporações de ofícios, eram associações de trabalhadores de caráter assistencialista. Aos poucos passaram a exercer um controle sobre o sistema produtivo e obedeciam a uma organização hierárquica rígida. Conforme Antunes &

Carvalho (2008), havia o mestre de ofício, que era também dono da matéria-prima e das ferramentas de trabalho. Este ficava com os produtos fabricados e, visando à obtenção de lucro, providenciava a venda na praça do mercado.

As associações citadas acima foram o berço do sindicalismo mundial e devem ser consideradas na atualidade como tal, pois enfrentaram dificuldades e resistências criadas pelos mestres e patrões e, não obstante tantas dificuldades impostas, essas novas organizações de trabalhadores iniciaram suas atividades, discutindo e negociando melhores salários para os seus integrantes. Em clara oposição aos mestres e patrões, que não queriam modificações nos métodos e sistemas adotados até aquela época.

2. *Sindicalismo Industrial*

Abrangia todos os trabalhadores do ramo industrial, independentemente da profissão. Com o avanço das técnicas de fabricação e o predomínio da grande indústria, foi-se reduzindo a importância dos grupos de trabalhadores qualificados em relação aos operários semi-qualificados, ou até mesmo não qualificados dos estabelecimentos fabris. Assim, mostravam-se inadequados os sindicatos de ofícios para integrar essas novas camadas de operários industriais.

3. *Sindicatos gerais*

Constituídos por associações de trabalhadores de profissões ou setores econômicos variados, estes sindicatos surgiram com objetivos revolucionários, com a finalidade de unir todos os trabalhadores numa única e poderosa organização que fosse capaz de levar em frente a luta pela abolição da propriedade privada e, ainda, pela reforma geral da sociedade. A maior parte destes sindicatos era constituída por trabalhadores não qualificados. Porém, com o tempo se transformaram em organizações de massa, já englobando milhões de operários que administravam amplos programas assistenciais e educacionais, com edições de revistas e jornais, financiando partidos; enfim, com o aumento de maiores responsabilidades e funções, os líderes sindicais conseguem se transformar em líderes de massa, e posteriormente, em administradores de um complexo aparelho burocrático. Certamente este foi um processo

longo e difícil para a classe operária.

Os dirigentes sindicais eram eleitos através de eleições realizadas periodicamente; com seus dirigentes sistematicamente reeleitos, devido à dificuldade de conseguir outros líderes capacitados. Fato que favorecia a continuidade do trabalho organizativo, porém, de outro lado, impedia o rodízio de lideranças entre os trabalhadores.

Este período ficou marcado pela existência das ideologias operárias presentes no capitalismo industrial, que postulava a abolição da propriedade privada e a socialização dos meios de produção.

O sindicalismo no Brasil

O marco do sindicalismo no Brasil ocorre a partir de 1900. Anteriormente, existiram apenas pequenos núcleos de trabalhadores, que ainda não tinham condições de organizar um movimento sindical, pois a consciência organizacional era ainda embrionária e faltava uma legislação disciplinadora. A estrutura do núcleo operário era pluralista, o que levou a uma grande proliferação de ligas e uniões, inclusive dentro da mesma categoria profissional. Existe o registro na primeira metade do século XIX da existência de algumas associações, como, por exemplo, a associações de artesãos, com finalidade mutualista, como é o caso da associação tipográfica fluminense, fundada em 1853.

É somente no século XX que se dará a expansão do movimento sindicalista no Brasil: com formação de uniões, ligas de resistência e outras associações que, buscando o benefício de trabalhadores assalariados, começam a fazer as primeiras reivindicações. Sobressaindo-se as grandes greves de 1903, do Rio de Janeiro, e 1907 a 1917, em São Paulo, através das quais o nascente proletariado obteve a satisfação de ter conseguido as primeiras reivindicações de aumento salariais e de diminuição das horas de trabalho. Destacando-se, neste contexto, a categoria de artesãos, como pedreiros, sapateiros, alfaiates e outros. Conclui-se que o primeiro sindicalismo surgido no Brasil foi o de ofício, concentrado principalmente em São Paulo, destacando-se os estrangeiros que compunham a massa de trabalhadores industriais do estado.

Deve-se ressaltar que, até 1930, o Brasil estava praticamente alheio ao problema trabalhista, sua intervenção nesta área tinha sempre finalidade repressivas e não permitia aos

sindicatos um desenvolvimento livre. A rigor, a legislação não vedava o direito de associação; de fato a lei de 1907 permitia aos trabalhadores se agruparem em sindicatos; porém, as chamadas leis repressivas tinham maior aplicabilidade e se tornavam, na prática, sem efeito as leis a favor dos trabalhadores.

Após 1930, com a vitória da aliança liberal, o estado passa a intervir de forma mais intensa nos assuntos trabalhistas. Neste período, foi criado o ministério do trabalho e, logo em seguida, já em 1931, surge um decreto que regulamenta a “sindicalização das classes patronais e operárias” e também as “juntas de conciliação e julgamento”.

Então, o Estado, na medida em que aprofunda e amplia a legislação social, estabelecendo oito horas para a jornada de trabalho, férias, aposentadoria e pensões, determinam a estrutura sindical do tipo corporativista que até hoje vigora.

Por ocasião do estado novo, no período de 1937 a 1945, foi proibida a pluralidade sindical, sendo reconhecido somente um sindicato para cada profissão e os mesmos só poderiam ter existência legal se fossem reconhecidos pelo ministério do trabalho.

Diante deste cenário, gradativamente, os sindicatos transformaram-se em organizações para-estatais, uma espécie de representantes do poder público perante os trabalhadores e destes perante o poder público. Fato que eliminou o direito de greve e instituiu o imposto sindical, através do qual todo o trabalhador, sindicalizado ou não contribuiria com um dia de seu salário por ano para as entidades sindicais de sua categoria profissional. Medida que permite aos sindicatos manterem-se sem a filiação voluntária dos trabalhadores, porém podem oferecer diferentes serviços assistenciais a seus membros.

Ressalte-se que o período compreendido entre os anos 1950 a 1964 caracterizou-se por uma grande dinamização do movimento sindical, indo coincidir com o grande surto industrial e também com um regime que permitiu liberdades democráticas. Segundo Carlos Maranhão (1979. p. 07) “De todas as fases da história política brasileira, a que vai de 1945 a 1954 foi, sem dúvida, a que representou o regime político mais aproximado, na forma de suas instituições, do padrão democrático-liberal”.

Com o advento da ditadura militar a partir de 1964 no poder, o sindicalismo brasileiro inicia uma nova fase, com o chamado arrocho salarial e com um controle mais íntimo dos sindicatos. A partir de 1978, lentamente, reinicia-se a luta da classe operária, quando voltam os movimentos grevistas, como, por exemplo, de maio deste ano, e, ainda, o de março de 1979, quando os operários metalúrgicos de São Paulo resolveram parar de

trabalhar, deflagrando a chamada “operação tartaruga” e de um processo de greves e de negociações entre trabalhadores e empresários que envolveu a justiça do trabalho, o ministério do trabalho, o sistema policial, a igreja católica e o povo em geral.

O sindicalismo brasileiro se caracteriza por uma trílice solidariedade: a solidariedade profissional que é a (classe trabalhadora), solidariedade funcional (categoria profissional diferenciada) e solidariedade de interesses econômicos (classe patronal) regidas segundo a legislação trabalhista, ou seja, a Consolidação das Leis Trabalhistas, Regime Jurídico Único dos Servidores de autarquias públicas.

SINDICALISMO NA AMAZONIA

Como há certa carência em escritos que tratam especificamente sobre o sindicalismo na Amazônia, nossa exposição será, na medida do possível, resumida, tratando, em linhas gerais, sobre a estrutura econômica e ao movimento sindical, compreendida em dois períodos: do fim do século XIX até 1930 e de 1930 até os dias atuais.

Do fim do século XIX até 1930

No fim do século XIX e meados do século XX, podemos observar que se desenvolve, no Brasil, o ciclo da borracha, tendo a cidade de Belém, todas as atenções voltadas para si, como centro intermediário entre o interior da Amazônia e o mercado externo. Transforma-se, conforme modelo exportador, numa cidade de serviços, cuja estrutura econômica dependia da concentração dos bens provenientes do interior.

A aparência de Belém como “capital da Amazônia” é de centro comercial e financeiro, onde os recursos permaneciam investidos na borracha, que era o produto mais lucrativo, chegando até a desprezar investimos no setor industrial. Após o ciclo da borracha, o capital industrial, proveniente do sul do Brasil, deixa Belém na intermediação entre os recursos primários da Região Amazônica e as indústrias do sul. A estrada Belém-Brasília vem a consagrar este papel.

Mas o modelo de integração imposto à Amazônia, face às relações de trabalho, traz

consequências indesejadas, tais como: expulsão dos trabalhadores da zona rural, inchaço populacional urbano, pauperização e desemprego urbano, aniquilamento do pequeno comércio e formação de uma massa de subempregados que constitui uma parte significativa da cidade e que não está ligada a nenhuma organização trabalhista.

Devido a baixa organização industrial, em Belém, o movimento operário se vê enfraquecido, sem importância; havendo dificuldade na organização dos trabalhadores, especialmente por causa do subemprego prevalente. Entre os poucos grupos de trabalhadores que conseguem uma organização respeitável, estão os estivadores, os portuários e os empregados de hotéis, ou seja, os assalariados ligados à economia regional e ao setor de exportação.

O movimento sindical na Amazônia tem suas origens no início deste século. Em 1914 os trabalhadores da estiva já se organizam em sua defesa e melhoria de condições de trabalho. Até 1930, os movimentos de trabalhadores na Amazônia são embrionários, desenvolvendo-se de maneira insegura e buscando uma forma organizativa mais firme.

De 1930 até os nossos dias

Belém torna-se o centro do movimento sindical da Amazônia, depois de 1930, mostrando-se com bastante destaque nacional, e com objetivos reivindicatórios em termos especificamente salariais. Durante o Estado Novo, o movimento sindical da Amazônia, com a instituição do Ministério do Trabalho e Consolidação das Leis Trabalhistas, torna-se atrelado ao Estado.

Entretanto, diferentemente do que ocorreu no sul do País, e pela precariedade do movimento, a repressão não foi consideravelmente forte; não surtindo efeito o remanejamento das lideranças sindicais. Contudo, pode-se observar a participação formal das camadas populares, que adentraram no cenário político através de uma política de clientela populista no período do governo de Magalhães Barata.

Entre 1945 a 1964, período da redemocratização, o movimento sindical passa a ter maior autonomia tanto no Brasil, no geral, quanto, especificamente, no Pará. Getúlio Vargas, através de eleições, é devolvido ao poder, através da ação dos partidos políticos que sustentaram o Estado Novo e tornaram-se majoritários, ou seja, o PTB (Partido Trabalhista

Brasileiro) e o PSP (Partido Social Progressista). O corporativismo sindical permanece em Belém, e em todo o País, havendo apenas a resistência de um grupo de trabalhadores buscando o desatrelamento do Estado, o dos católicos ligados ao Círculo Operário, defendendo a descentralização sindical; eis que receavam mais em ver o Ministério do Trabalho controlado pelo Partido Comunista do que especificamente por uma exigência de liberdade da atividade sindical.

De 1950 em diante, os trabalhadores de Belém assumem posições melhores, com o intuito de lutar por melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Para conseguir tais objetivos, foram utilizadas as greves.

Em 1952 os sindicatos já estavam em nível de politização bem elevados e as reivindicações tanto de caráter financeiro quanto de melhorias de condições de trabalho já não eram mais os principais objetos. Ficava evidente o apoio a partidos políticos em suas campanhas, respaldados pela categoria que, agora, tinham como demanda as restrições político-jurídicas.

O ano de 1961 marca o início de uma nova etapa no sindicalismo do Pará, eis que os sindicatos da capital paraense apóiam o presidente João Goulart em sua atividade política em prol da classe trabalhadora. Neste momento o movimento sindical vivencia uma unidade inter-sindical. O período de João Goulart (1961/64) mostra-se muito importante, pois marca a convergência de lutas antigas e o alcance de objetivos específicos desejados há muito tempo. Neste período surge o “Comando Geral dos Trabalhadores” (UGT), que teve muita influência no movimento sindical brasileiro.

Após o ano de 1964, que representou total desarticulação do movimento sindical, bem como total controle pelo Estado nos sindicatos, ainda assim o sindicalismo remanescente continua sua atividade, mas sem chegar a resultados satisfatórios. Enfim, depois de um período de silêncio, que se seguiu ao movimento político-militar, o movimento sindical ressurgiu com total força no Brasil, principalmente a partir de 1978. No Pará, lembramos o movimento dos trabalhadores da Mineração Rio Norte S/A, acontecido em março de 1979, objetivando melhoria nas condições de trabalho digno.

Em várias partes do Brasil, no final da década de 1970, segundo Allegretti (2008) havia um aumento significativo de organizações, bem como várias manifestações no campo pela reforma agrária. Nesse período, na Amazônia, emergiam os conflitos sociais, sob a “a égide da intensificação da intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras e

em consequência dos elevados índices de concentração fundiária que resultaram da aplicação de um modelo de desenvolvimento formulado pelo governo militar.” (Allegreti. 2008, p. 41).

Os seringueiros e Chico Mendes

Os seringueiros descendentes de migrantes nordestinos foram atraídos para a região amazônica, nas décadas finais do século XIX e primeiras do século XX, para trabalhar na extração do látex nos seringais nativos da região; camponeses analfabetos e pobres, foram transformados em seringueiros e incorporados como trabalhadores nos momentos de expansão da economia da borracha.

No Acre, o movimento se destacava através de conflitos com proprietários de terras, de forma organizada, opondo-se, também, à política governamental que incentiva a implantação de empresas agropecuárias. Além disso, as ações do movimento dos seringueiros se estruturavam em torno da defesa da produção extrativista e do modo tradicional de vida dos seringais. Dessa forma, o movimento apresentou um elemento inovador: a luta contra os desmatamentos, atividade que garantia aos fazendeiros a propriedade da terra, representando para os seringueiros a destruição da base econômica de sobrevivência: a floresta, elemento diferenciador deste movimento social.

Para Allegreti (2008) o movimento dos seringueiros se constitui em uma nova combinação de elementos presentes em movimentos sociais. Embora sejam trabalhadores rurais e se organizem em sindicatos, assumiam a identidade da profissão e não de classe, o que os distingue dos movimentos sindicais modernos. Outro aspecto que merece destaque: “Embora entrem em conflito com fazendeiros pela propriedade da terra, o que está em disputa são os recursos florestais e não a própria terra, como nos movimentos camponeses.” (Allegreti. 2008. p. 42).

Entre 1970 e 1975, os seringais foram vendidos e os seringueiros foram expulsos de onde estavam, indo parar nas periferias das cidades, sem qualquer indenização; e a floresta começou a ser derrubada sem nenhuma resistência, a não ser da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base. Em 1975 foram criados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), cuja primeira iniciativa foi qualificar os seringueiros como posseiros e aplicar a legislação que prevê o pagamento de indenização pelas benfeitorias existentes nas

colocações.

Tendo como estratégia, a partir do ano seguinte, “empatar”, ou seja, impedir a derrubada da floresta, conseguiram demonstrar força e organização, evidenciando as conseqüências sociais da derrubada da floresta; forçando os fazendeiros dividir parte da área que havia comprado. Porém, com novos desmatamentos, conseqüente organização dos seringueiros, intensificação dos conflitos, o líder Wilson Pinheiro foi assassinado em julho de 1980. A evidência do intenso clima de conflito mostrou-se em um grande comício organizado pelo recém criado Partido dos Trabalhadores e no assassinato ocorrido dias depois, do gerente de uma das fazendas da região. Nesse instante foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional Lula da Silva e o líder dos seringueiros de Xapuri, Chico Mendes.

Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, seringueiro, sindicalista e ativista ambiental, nasceu em 1944, em uma família de seringueiros que morava no seringal Porto Rico, em Xapuri, na fronteira com a Bolívia. Seu avô, conforme Allegretti (2008), era migrante nordestino e seu pai, que sabia ler, não aceitava o modelo de exploração dos seringais. Chico foi influenciado por ele e, diferentemente dos demais seringueiros, teve a oportunidade de ser alfabetizado por um refugiado político brasileiro, Euclides Távora, que se escondera na fronteira com a Bolívia. Na juventude, organizou movimentos cujo objetivo era o não pagamento de renda e pela comercialização autônoma da borracha.

Chico Mendes foi secretário do primeiro sindicato em Brasiléia, em 1975. Em 1977, foi eleito vereador pelo MDB. Ajudou a construir o PT, filiando-se em 1980. “O assassinato de Wilson Pinheiro a desarticulação do movimento sindical em Brasiléia, assim como o processo na justiça militar, levaram-no a refletir sobre a necessidade de organizar uma base social mais forte para o movimento contra os desmatamentos.” (Allegretti. 2008. p. 46). Com esse objetivo, iniciou, no ano de 1981, o Projeto Seringueiro, um projeto de alfabetização de adultos e de organização de uma cooperativa com seringueiros envolvidos em empates contra um frigorífico paulista que planejava realizar um grande desmatamento para implantar uma área de pecuária extensiva em Xapuri. O projeto foi à primeira iniciativa de um sindicato rural realizada em parceria com agentes externos na Amazônia Ocidental.

Em 1983, quando estava sendo iniciada a democratização do País, Chico Mendes foi eleito presidente do STR. Em 1985, aconteceu a primeira reunião, em Brasília, de seringueiros, no I Encontro Nacional dos Seringueiros. Lá discutiram o modelo de reforma agrária, os direitos de posse, a destruição da floresta pelo desmatamento e as políticas que

queriam para educação, saúde, cultura e infra-estrutura. Onde foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade representativa dos seringueiros e a formulação de uma proposta inovadora de solução para a questão fundiária: uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas unidades de conservação, as Reservas Extrativistas.

Após Chico Mendes ter liderado inúmeros empates contra o desmatamento e contribuído para a criação das primeiras reservas e projetos de assentamento em Xapuri, catalisou a violência de fugitivos da justiça que compravam e grilavam terras no Acre. Estes, como forma de enfrentar Chico Mendes, grilaram e ameaçaram desmatar o seringal Cachoeira, área tradicionalmente habitada por sua família e que estava em processo de transformação em Reserva Extrativista. Aliado a este conflito, a imprensa procura desmoralizá-lo, acusando-o de ser contra o progresso. Tudo isso criou o contexto para o seu assassinato. (Allegretti. 2008). Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado, vindo a causar, sua morte, grande repercussão internacional.

Até o momento a ação desenvolvida por Chico Mendes em defesa da floresta é o maior fato a ser destacado, porém, a luta da organização sindical na Amazônia continua tendo como objetivo desenvolver atividades econômicas sustentáveis que não provoquem danos ao meio ambiente e às populações tradicionais que nela habitam.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SINJAP

A trajetória do Sindicato dos Serventuários da Justiça tem seu início com a primeira turma dos servidores da justiça oriundos do primeiro concurso público para provimento do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, cuja maioria tomou posse no dia 22 de abril de 1992. Organizando-se durante meses e finalmente em assembléia geral, fundaram o SINJAP no dia 15 de agosto do mesmo ano, na sede da OAB, contando com 27 membros fundadores.

Os trabalhadores iniciaram suas atividades sem qualquer treinamento específico para as funções as quais foram empossados. Os líderes do tribunal de justiça do Amapá afirmavam que a situação financeira não eram as melhores, por isso os contra-cheques contava apenas com o vencimento simples, sem quaisquer benefícios, como gratificações, interiorização,

adicional ou vantagem. Aliado a isso, havia o assédio moral praticado pelos recém-empossados juízes, tomados pela denominada juizite³. Aliado a tudo isso, o mais difícil para os trabalhadores da justiça desta época era o fato de todos estarem em estágio probatório⁴.

Primeiras conquistas

No ano seguinte, através de ativas negociações sindicais com a administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá - TJAP, juntamente o SINJAP conseguiu sua primeira e grandiosa vitória: a implementação da gratificação por atividade judiciária (GAJ), que correspondia, na época, a 80% do vencimento. Além de conseguir fazer efetivar direitos já garantidos em lei, como o adicional de interiorização e a indenização de transporte para os oficiais de justiça. No ano de 1994 o SINJAP ainda conseguiu mais benefícios econômicos para o servidor, correspondente ao aumento de 80% para 160% da gratificação por atividade judiciária, que foram implementados pela administração do tribunal de justiça em janeiro de 1995.

Entretanto, devido a situação política do Brasil na década de 1990 e início dos anos 2000, com o governo tucano, refletido no Estado do Amapá, a categoria não percebeu qualquer reajuste entre os anos de 1995 e abril de 2002. (informativo do SINJAP. 2012). Período no qual os serventuários não perceberam qualquer tipo de reajuste salarial, fato que comprometeu o seu poder aquisitivo.

As primeiras greves e a greve de 2006

O primeiro movimento grevista dos serventuários da justiça do Amapá ocorreu no ano de 2002, motivada pelos sete anos sem reajuste salarial, bem como por conta do Plano Real. O resultado desse movimento foi um reajuste salarial de 22%, a implementação do segundo plano de carreiras do judiciário – pois o primeiro foi feito em 1991, por técnicos do

3 Comportamento totalmente deselegante, acintoso, agressivo e desrespeitoso por parte do magistrado no trato com os servidores. Além desse tratamento deselegante, sabendo que o serventuário da justiça estava em estágio probatório, ameaçavam, e, muitas vezes, não bastasse isso, chegavam mesmo a instaurar Processo Administrativo Disciplinar.

4 Período inicial de avaliação do servidor, antes de atingir a estabilidade do serviço público que, na época da fundação do SINJAP, correspondia a dois anos. Atualmente são três.

TJAP, quando ainda não havia quadro efetivo, além da redução do número de cargos, restringidos apenas a auxiliar, técnico e analistas judiciários.

Sem dúvida, ainda estaria por vir uma das piores crises que o SINJAP, com sua força e organização, teria que enfrentar é a greve de 2006, que, segundo o informativo (2012), foi um verdadeiro teste à capacidade de organização, resistência, força e determinação. Ocuparam-se as escadarias do Fórum desembargador Leal de Mira, numa manifestação pacífica, ocasião em que Jocinildo Batista Moura, presidente do SINJAP fazendo greve de fome, recebeu voz de prisão, sendo encaminhado para o CIOSP do Pacoval, tudo isto com o acompanhamento do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, cujo objetivo era reprimir o movimento sindical, através do uso da coerção, tratamento que é dispensado a perigosos meliantes que põem em risco a segurança da sociedade, que foram acionados pela direção do tribunal de justiça. Ressalta-se que “no átrio do Fórum Leal de Mira registrou-se uma verdadeira batalha, com empurrões, socos, cassetetes e amas de fogo, entre servidores da justiça e a Polícia Militar, com o intuito de impedir a prisão do presidente do sindicato.” (Depoimento de sindicalista). Tal situação foi devidamente filmada e documentada por uma emissora local (TV Amapá) lá presente, tendo como consequência a repercussão na mídia nacional.

A repressão do estado àquele movimento paredista⁵ dos servidores da justiça em 2006 foi desproporcional. A prisão de Jocinildo Moura, foi considerada arbitrária, porém, contou com a força, organização e proteção do sindicato durante os processos criminal e administrativos, que foram depois arquivados. “Como estratégia, a categoria, reunida em Assembléia Geral, deliberou a prorrogação, por mais um ano, do mandato do então presidente Jocinildo Moura, para gozar das proteções legais do mandato classista, para se estender até depois do fim do mandato do presidente do tribunal de Justiça na época, desembargador Raimundo Vales.” (Dirigente sindicalista).

Outra consequência da repressão foi, a maneira totalmente arbitrária e contrária às normas legais, que protegem os sindicalistas, que foi a remoção indiscriminada e ilegal de servidores ligados à direção sindical, numa clara tentativa de desmobilizar a categoria.

Mas, entre todas essas dificuldades, que foram, uma a uma, sendo superadas, a direção sindical, representando a categoria, obteve frutos da greve de 2006, implementados como: o auxílio alimentação e o reajuste salarial para todos os servidores, incluindo os cargos comissionados.

5 Ato que designa paralisação das atividades (greve).

Perspectivas de futuro

O novo plano de cargos carreira e salário, o quarto, pois o terceiro ocorreu em 2009, será, então, o quarto PCCS. Aliado a isso, o SINJAP espera que a sindicalização do interior se fortaleça ainda mais, com a adoção da política de interiorização do sindicato que passou a ser efetivada de modo mais contundente em 2013. Por isso, sempre pauta as demandas do interior, demonstrando ao servidor do interior que este não encontra-se esquecido. Demandas estas que diferentes das da capital, havendo outros conflitos, inclusive com a própria direção do TJAP que, vendo a distância da diretoria nesse sentido, oprime o servidor do interior. Realidade esta que deverá ser modificada através da ação sindical do SINJAP.

As ações judiciais que tramitam na justiça são para o futuro. Sabendo da morosidade dos prazos processuais e das intermináveis possibilidades de recurso do qual o Estado tem privilégio, as direções adotam uma política de continuidade, com a expectativa de que as ações serão vitoriosas e o resultado delas ajudará na qualidade de vida do trabalhador e de sua família.

Atualmente o sindicato dos serventuários da justiça do estado do Amapá mostra-se aberto não só para a luta e defesa dos direitos do trabalhador do judiciário. A direção cede as dependências do sindicato para reuniões e assembléias de outras categorias, num espírito de solidariedade.

A formação de novas lideranças também é perspectiva para o SINJAP que entende que o trabalho deve continuar e abrir espaço para novas lideranças. Havendo, na agenda sindical, previsão para formação sindical através de cartilhas.

O aperfeiçoamento dos servidores em suas funções. Há espaço sendo estruturado para o treinamento e aperfeiçoamento do serventuário da justiça no que diz respeito à atualização jurídica, necessária nessa área. E o primeiro curso que será oferecido aos sindicalizados, em meados de 2014, será o de Direito Administrativo.

A preocupação social da atual direção reflete-se com o planejamento do uso das dependências do sindicato para atividades não só como dança de salão, mas no sentido de oferecer às crianças próximas à sede um dia na semana para o projeto “cinema infantil”, faltando poucos materiais para que este projeto seja colocado em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a realidade mostre que um baixo nível de sindicalizações, por conta da atual conjuntura mundial, o SINJAP sempre se manteve estável a esse respeito. Em janeiro de 2012, dos 960 servidores efetivos, contava com cerca de 260 filiados. Atualmente conta com mais de 500 filiados. Um aumento considerável, fruto do reconhecimento pela categoria da luta incansável do SINJAP em prol dos direitos dos trabalhadores, em especial do Judiciário estadual amapaense.

Em sua trajetória, desde a primeira greve ocorrida em 2002, sempre mantendo a política do diálogo e da negociação, sentindo quais os momentos para retroceder e avançar, nunca ficou sem qualquer reajuste anual, o que, sem dúvida, só contribui para uma melhoria na qualidade de vida do servidor, bem como, para a prestação de um serviço público de qualidade para a população em geral, contribuindo para melhor imagem, por parte dos jurisdicionados, do serviço público.

Hoje o SINJAP conta com 21 anos de existência e vê surgindo a sua frente mais e mais demandas que, rapidamente, se tornam bandeiras de luta. Dentre os avanços está a conquista do mandato classista não só para o presidente do SINJAP, mas, também, para outros diretores, para melhor representar a categoria, inclusive nas comarcas do interior. Como estratégia de luta e representação há várias ações tramitando no judiciário para a proteção e conquista dos direitos dos trabalhadores do judiciário amapaense.

Superadas as dificuldades do passado, o sindicato dos serventuários da justiça do estado do Amapá conta, hoje, com o respeito por parte da direção do tribunal de justiça do Amapá. Respeito conquistado paulatinamente, com enfrentamentos através de uma política do diálogo, da negociação e, quando necessário, através de movimentos e mobilizações da categoria, bem como por outras estratégias.

A categoria dos trabalhadores da justiça do estado do Amapá conta com um sindicato cada vez mais forte e representativo, no interesse não só econômico da base, mas, também, das condições de trabalho, bem estar e qualidade de vida de seus membros, bem como a defesa dos interesses da sociedade em geral.

BIBLIOGRAFIA

ALLEGRETTI, Mary. **A construção de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18 p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em <<<http://osj.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/aticle/view/13423//9048>>> acesso em 04/09/2013.

_____, Mary. **A construção social e políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2002.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é sindicalismo.** Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense. 1980. São Paulo.

_____, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Unicamp. 8ª edição. 2002.

ANTUNES, Paul & CARVALHO, Pedro de. **A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais.** Alínea Editora. 2008. Campinas-SP.

DI PAOLO, Darcy de Nazaré Fléxa. **O trabalhador da estiva: um estudo sociológico obre os estivadores do Pará.** Belém, CEPAS, 1981.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização.** São Paulo. Brasiliense, 1979.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** Paz e terra. 17ª edição. Rio de Janeiro. 1998.

_____ . **Sindicalismo**. São Paulo, Ched, 1980.

OLIVEIRA, Wellington de. **Contexto social e político do Brasil na década de 1980 e 1990 e sindicalismo docente**. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Universidade de Minas Gerais. 2011

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. 2002.

VENTURINI, Walter. **A nova cara do sindicalismo brasileiro**.

Disponível em <<<http://www.fpabramo.org.br>>> acesso em 12/10/2013.